



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
PROCURADORIA GERAL

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: Ph

Nº ...231/2017

Fls. nº 05

Assinatura narah

PROJETO DE LEI Nº231/2017

AUTORIA: VEREADORA JOANA D'ARC PROTETORA DOS ANIMAIS

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO ANIMAL COMUNITÁRIO, ESTABELECE NORMAS PARA SEU ATENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE MANAUS.

PARECER PL/CMM

PROJETO DE LEI. ASSUNTO  
DE INTERESSE LOCAL. ART.  
30, INCISO I DA CF/88 C/C  
ART. 8º, INCISO I, DA  
LOMAN. LEGALIDADE.

Encontra-se nessa Procuradoria Geral, para emissão de parecer, Projeto de Lei nº 231/2017, versando sobre assunto acima mencionado.

Foi encaminhado a esta Procuradoria pela Comissão de Constituição e Justiça, para emissão de parecer opinativo.

Não é demais lembrar que o Parecer da Procuradoria é apenas opinativo, não vinculando nem a Comissão de Constituição e Justiça, nem o Plenário desta Casa Legislativa, tendo como análise apenas o aspecto legal e constitucional da propositura, sendo completamente imparcial sem adentrar ao aspecto político.

A Carta Federal vigente consagrou os Municípios como entes da Federação, dotando-lhes de capacidade de autonormatização, ou seja, a capacidade de editar suas próprias leis, de acordo com o princípio da supremacia do interesse local.



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
PROCURADORIA GERAL

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: Ph

Nº 231/2017

Fls. nº 06

Assinatura Narah

De fato, a teor do art. 30, inciso I, da Carta Federal, verbis:

**"Art. 30 - Compete aos Municípios:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;"**

Ainda nesse sentido, dispõe o art. 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Manaus.

**"Art. 8º - Compete ao Município:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;"**

Quanto ao tema, não vislumbramos óbice que desaconselhe sua tramitação.

Com efeito, o assunto tratado na propositura é de predominante interesse local, aplicando-se o art. 30, inciso I, da CF/88, bem como o art. 8º, inciso I, da LOMAN, eis que trata do tratamento aos animais comunitários, que são considerados os que não tem dono definido e não tenham habitação, estabelecendo vínculos e dependência com a população local onde vive.

Ademais, a propositura não cria obrigações para o Executivo, sem ferir o princípio da Independência e Harmonia dos Poderes.

Isso posto, diante dos argumentos expostos, somos favoráveis à tramitação da propositura.

Manaus, 12 de setembro de 2017.

  
PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO

Procuradora da CMM